

Contudo, para além do divertimento e da reflexão metaliterária, o autor visa ainda uma reflexão moral e política. Tal crítica psicológica e política, sendo extensível ao microcosmo social e moral da aristocracia galante e libertina da França da primeira metade do século XVIII, revela-se, porém, muito arriscada, pois esta *figura do idiota* representa o próprio soberano absolutista, o rei Luís XV, e a sua corte.

Referências

- CAZENOVE, Colette (1997), *Crébillon fils ou la politique dans le boudoir*, Paris-Genève, Honoré Champion.
- CRÉBILLON, Claude (1999), *Tanzen et Nédarné, histoire japonaise* [1734; ed. crítica de Jean Sgard], in *Œuvres complètes I* [ed. dir. por Jean Sgard], Paris, Classiques Garnier Multimédia, pp. 235-439; 567-580; 599-633; 679-718; 753.
- _____, (2000), *Le Sopha, conte moral* [1742; ed. crítica de Jean Sgard], in *Œuvres complètes II* [ed. dir. por Jean Sgard], Paris, Classiques Garnier Multimédia, pp. 249-459; 735-751; 779-784; 825-848; 886.
- _____, (2001), *Ab quel conte! conte politique et astronomique* [1754; ed. crítica de Régine Jomand-Baudry], in *Œuvres complètes III* [ed. dir. por Jean Sgard], Paris, Classiques Garnier Multimédia, pp. 273-637; 647-653; 663-668; 697-730; 747-854; 857.
- DAGEN, Jean (1995), *Introduction à la sophistique amoureuse dans Les Égaréments du cœur et de l'esprit de Crébillon fils*, Paris, Honoré Champion.
- GALLAND, Antoine (trad.) (1965), *Les Mille et Une Nuits*, Paris, Garnier-Flammarion, 3 vols [1704-1717].
- GENETTE, Gérard (1987), *Seuils*, Paris, Éditions du Seuil.

SABER, PATRIARCADO... E IDIOTIA (SOBRE A QUEDA DUM ANJO, DE CAMILLO CASTELO BRANCO)

Sérgio Guimarães de Sousa
sgs@sousa@litch.uminho.pt
UNIVERSIDADE DO MINHO

1. EM A QUEDA DUM ANJO, Calisto Eliói destaca-se por uma excentricidade muito apreciável. O morgado lê *acriticamente* os bafentos volumes da sua vasta biblioteca, absorvendo-os na proporção de textos infalíveis. Trata-se de uma prática de leitura, descontando agora o seu evidente lado quixotesco, radicada numa concepção puramente enciclopédica da realidade. Aquela pela qual os textos – melhor seria dizer, com Avital Ronell (cf. 2009): os *narcotextos* – são lidos enquanto documentos imprescritíveis. Consequentemente, o morgado pode, por seu turno, ser lido na medida de um *idiota*. Sobretudo quando o vemos ler o mundo pela cartilha de citações sentenciosas de clássicos perfeitamente desfasados da concreitude empírica.

Noutros termos, os livros de uma biblioteca (a de Calisto), ordenados pelas diversas categorias que perfazem o saber, constituem uma explicação do mundo; e, nesse âmbito, quanto mais (e melhor) apetrechada for essa biblioteca, mais abrangente e aprofundado será o entendimento da realidade e das suas coisas. Deste ponto de vista, como sintetiza Patrick Bazin: “Lire le monde aura signifié lire les livres qui disent le monde” (Bazin, 2010: 113). E se assim é, forçoso então é supor o mundo na condição de realidade suficientemente coesa e coerente para ser captável e ordenável pelas fileiras dos livros de uma vasta biblioteca. Ou seja, a epistemologia enciclopédica não apenas

cré na legibilidade do mundo como acredita na transmissibilidade da memória desse mundo através do saber livresco. Nesta perspectiva, cujo ponto alto terão sido as classificações do século XVIII, é o próprio mundo que se converte em matéria classificável, isto é, em vasta enciclopédia dotada de uma cartografia cada vez mais rigorosa e, mais, o conhecimento é concebido em termos da teoria especular, como muito bem a descreveu Richard Rorty, teoria segundo a qual o pensamento, por muito que possa interferir no âmago da realidade, o pensamento, dizia, mais não é do que um reflexo dessa realidade; o mesmo é dizer: o conhecimento consiste em reproduzir a realidade o mais aproximativamente possível e em ordenar as suas representações em conformidade com a ordem (livresca) mais adequada (cf. *Idem*, 111-112).

Se Calisto é talvez entre as nossas personagens ficcionais oitocentistas aquela que, *caricaturalmente*, melhor dá conta desta leitura do mundo (e da teoria da representação que supõe) em formato enciclopédico, é preciso dizer que esta leitura, que tende a confundir acumulação de conhecimento com conhecimento, remonta à Antiguidade Clássica, como nos recorda, em *Uma História da Leitura*, Alberto Manguel, num capítulo sugestivamente intitulado “Ordenadores do Universo”, e onde se refere, como seria previsível, à famosa Biblioteca de Alexandria. Nela, os “volumes tinham de ser colecionados em elevado número, visto que o objectivo magnífico da biblioteca consistia em englobar a totalidade do conhecimento humano. Para Aristóteles, colecionar livros fazia parte do labor do erudito, necessário “como uma espécie de memorando”. A biblioteca da cidade fundada pelo seu discípulo [Alexandre, o Grande] seria simplesmente uma versão mais vasta deste conceito: a memória do mundo” (Manguel, 1998: 197). Assim, o conhecimento humano, fosse qual fosse, tornava-se objeto de uma adequada classificação, através da qual se converteria numa (sub)categoria capaz de o circunscrever e, com isso, atingia-se o patamar de uma lógica impecável sob o pano de fundo do espaço ordenador que é uma biblioteca: “Uma sala determinada por categorias artificiais, tal como uma biblioteca, sugere um universo lógico, um universo de estufa onde tudo tem o seu lugar e é definido por ele” (*Idem*, 206).

2. Convém perceber que a idiotia que Calisto, *malgré lui*, exhibe pelas ruas de Lisboa e pelos meandros sociais da capital ganha outros contornos no Parlamento, sítio por excelência onde se manifestará a singularidade do herói e onde este, em consequência, granjeará justa fama de deputado atípico. Como seria inevitável, as galerias enchem-se de povo desejoso de ver o espetáculo que é o deputado de Trás-os-Montes. Será, porém, no Parlamento que Calisto, afinal, demonstrará, não raramente com uma sagacidade digna de registo e sempre com uma retórica inexecutível, uma inusitada clarividência a propósito dos problemas vários que afectam a nação.

Efetivamente, com uma franqueza assinalável, e num local que se presta à encenação da democracia e que funciona como espaço de distração e onde é regra fingir-se preocupado com os males de que padece a nação, Calisto introduz uma linguagem distinta da retórica empastelada e vácuca do Dr. Libório, afeito a “teratologias lexicais e semânticas” (Trigo, 1982: 20) (e a oposição entre o morgado e o deputado do Porto constata-se *a priori*, e não sem subtilidade, por um ler livros enquanto o adversário escreve livros). Em boa verdade, a excentricidade do morgado até é mais essa do que a que lhe advém das peculiaridades das suas roupas e posturas. Não obstante a erudição que espraia largamente por frases de robusta sintaxe, Calisto é um orador direto, para não dizer incisivo, e cultiva clareza e simplicidade discursivas a fim de que todos (deputados e povo) possam entender sem a mínima dificuldade o que denuncia de viva voz. Diversamente, a linguagem do deputado portuense, linguagem de um bacharel, presta-se aos interesses do aparelho instituído que é o Parlamento, se entendermos por interesses parlamentares a conveniência de os problemas que afectam a nação não serem discutidos; desde que, cá fora, a nação não se aperceba da inércia (sob a forma de esterilidade verbal) no tocante à resolução dos males que a afligem. Em síntese, é uma linguagem bastante vácuca e outro tanto superficial que se apropria à irresolução dos problemas em que mergulha o País, feita para não ser entendida e assim não suscitar questões incómodas (daqui vem a pobreza do seu argumentativo e a debilidade da sua dimensão crítica). Ninguém percebe o deputado do Porto, porém o lastro caudaloso do que diz convém aos interesses de uma assembleia pouco ou nada apostada em discutir seriamente a realidade do país. Trata-se, portanto, de uma linguagem superficial

que prescinde tacitamente de ser entendida e que não é sem lembrar palavras de Niklas Luhmann a propósito precisamente da função das sessões do Parlamento: "Leur fonction ne se trouve pas dans la recherche de la vérité, mais dans la présentation de la lutte politique au moyen d'arguments et de principes de décision avec lesquels s'identifient les positions politiques controversées" (Luhmann, 2001: 184). A linguagem de Calisto, essa, é comum e supõe o bem comum da nação: "A mim, [...] me quer parecer que o falar gente palavras do uso comum é coisa útil para nos entendermos todos aqui, e para que o país nos entenda" (Castelo Branco, 2001: 56). E o padrão de clareza inerente às "palavras do uso comum" servirá, assim sendo, para (d)enunciar com contundência os males da civilização. Desta forma, o morgado encarna nada menos do que "a própria *vox populi* numa das sedes do Poder, [torrando-se n]o intérprete dos protestos dos cidadãos que só não são esquecidos para revoltar-se contra a assimetria de um país fracturado em partes desiguais e ao criticar sem piedade as vicissitudes da capital, improdutiva dada a prazeres mundanos, que (desde 1835), como lembra José-Augusto França, "libertada pelos soldados emigrados de D. Pedro, manifestava outros gostos e começava a apresentar uma curiosidade voltada para formas de vida cosmopolitas" (França, 1999: 178).

Mas a clarividência de Calisto não se fica por aqui. Parecendo até ganhar o surpreendente perfil de um progressista social, rebate, com intervenções bem argumentadas e acutilantes, as ideias eminentemente discutíveis do Dr. Libório em matéria prisional, ideias decalcadas das de Aires de Gouveia e que propõem um regime de micro-penalidades (em rigor, infra-penalidades) a suplementarem a pena de encarceramento; e repudia ainda a hipótese de haver discriminação na aplicação de penas em função do género (favorecendo a mulher), proposta também advogada por Libório e que, a concretizar-se, inferiorizaria a condição feminina por via da desculpabilização (dir-se-ia que Camilo se serviu de Calisto para fazer passar as suas ideias, tanto mais, convém não esquecer, que estamos perante um narrador-autorado).

Assim sendo, não deixemos de assinalar que, se em Caçarelhos a idiotia de Calisto não destoava assim tanto do contexto e passa razoavelmente despercebida, apesar de vincada e irreduzível no que apresenta de ideias anacrónicas e disparates afins, em Lisboa, depois desse

primeiro embate com a modernidade que a cidade e as suas práticas sociais representam, e que leva o anacronismo da personagem a cumes do ridículo, vemos que, afinal, Calisto, cuja popularidade crescente resulta da idiotia que todos (ou quase todos) lhe notam, revela, muito paradoxalmente, uma nítida clarividência política e, nesse sentido, pauta a sua atuação parlamentar por um desempenho de alto nível. Dir-se-ia sem exagero o deputado mais lúcido e capaz da Assembleia.

3. E mais podemos dizer – creio – do parlamentarismo de Calisto. Nesse espaço dado a encenações retóricas vácuas e empasteladas que é o Parlamento, o morgado afirma-se como sujeito "público" num sentido, diríamos, kantiano: o de procurar, como convém a qualquer orador digno desse nome, que a sua *razão* se evidencie na medida de uma universalidade. O problema está em que quanto mais o morgado insiste nesta pretensão (e a insistência faz-se essencialmente através de uma franqueza à prova de bala que não mistifica a realidade e através da qual Calisto se converte num espécie de agente de uma revolução ética em nome de supostas verdades inalienáveis) menos participa da ordem enquanto sujeito "privado", que na aceção kantiana significa a ordem institucional-comum (e o núcleo da sua ideologia hegemónica) da identificação particular do sujeito. E isso viu-se logo à entrada no Parlamento, quando o novo deputado se apercebeu de que tinha (protocolarmente) de jurar "ser inviolavelmente fiel à Carta Constitucional" (Castelo Branco, 2001: 27). A renúncia do morgado em fazê-lo traduz precisamente a suspensão da eficiência simbólica deste (poder performativo que é o de um) ato convencional de um uso público da razão.

Já agora, é bom verificar igualmente o seguinte: se o morgado, insensível às conveniências sociais e político-partidárias, não se inibe de dizer a verdade, fã-lo por se achar protegido pela máscara da ficção e que no caso dele dá pelo nome de anacronismo. O anacronismo é a ficção simbólica à qual obedece o morgado. Isto é, seguindo o preceito laciano segundo o qual o único modo de dizer a verdade consiste em usar uma máscara (a máscara revela mais do que dissimula, traz à

tona as fantasias mais íntimas do eu, o seu Real¹¹, isto é, o seu núcleo não-discursivo de gozo), não é difícil concluir que Calisto diz o que diz – verdades incômodas – por surgir como personagem desfasada do seu tempo, ou seja, como personagem de ficção. Ora Lacan, como sabemos, dizia justamente isso num famoso *dichium*: que a verdade se apresenta com uma estrutura de ficção (e máscara = ficção)¹². O morgado inscreve-se sob o signo dos significantes-mestres (o significante vazio da autoridade simbólica) que lhe ensinam os bafentos tratados da sua biblioteca. E o delírio de Calisto (o seu quixotismo, se quisermos dizer de outro modo) consiste em revesir-se, através desses significantes-mestre do que julga ser a autoridade simbólica do Outro (a estrutura anónima simbólica). Só que o Outro do morgado, e que fala através dele (em citações, sentenças, intertextos vários, referências histórico-culturais e eruditas, etc.), não é o Outro que vigora no campo das relações sócio-discursivas por onde transita a personagem (especialmente nos espaços públicos de Lisboa). Talvez o mais relevante aqui seja notar que, sem o delírio/quixotismo, Calisto não atingiria a realidade nos seus maus usos e costumes, particularmente a hipocrisia reinante na instância parlamentar.

O que se depreende daqui é simples, julgo eu, de compreender. Se Calisto, por causa das suas leituras acriticas, vive desfasado da realidade, submerso numa ficção simbólica, como dissemos, devemos, leitores da novela, evitar cair na armadilha de ler de um modo binário esse desfasamento. Significa isto presumir que Calisto seria sensato (apesar de com isso perder a sua ternurenta candura) se renunciasse à ficção que colhe na sua biblioteca anacrónica e abraçasse a realidade empírica. Ora, a realidade não reside à porta da biblioteca de Calisto. Se Calisto é pura ficção através do que lê, são essas leituras a condição essencial para que denuncie a não menos pura ficção por que se rege a realidade lisboeta; querendo isto dizer que a vida real, fora dos livros,

¹¹ Mas repare-se que esta noção da máscara como revelação vale, ainda que em sentido oposto, para todos aqueles com os quais o morgado interage na Capital. Com efeito, se por um lado, “[...] un masque n'est jamais simplement "juste un masque" puisqu'il détermine la place véritable que nous occupons dans le réseau symbolique intersubjectif ce qui, en réalité, est faux et sans valeur, c'est la "distance inégale" à l'égard du masque que nous affichons (le "rôle social" que nous jouons), notre "vérité propre" qui se dissimule sous lui” (Žižek, 2010: 62-63).

¹² Em versão talvez mais atualizada, a de Woody Allen: “A vida não imita a arte, imita a má televisão”.

onde imperam inibições quotidianas de toda a ordem¹³, pode (como se verifica em variadas circunstâncias) afigurar-se tão fantástica como aquela, porque fora de validade temporal, que o morgado lê nesses livros desatualizados. E o Parlamento, espaço de notória encenação político-partidária, confirma-o sem apelo. E mais do que isso: é, muito ironicamente, com a ficção dos livros que o morgado combate e desmascara a ficção disseminada pela realidade empírica.

Mas regressemos um instante ainda à questão da renitência de Calisto em efetuar um juramento protocolar. É interessante observar o seguinte: o perigo com que se confronta o regime ideologicamente representado por Calisto em elevado (e caricatural) grau – o patriarcado – não advém do reverso obscuro da Lei desse regime, como seja a prática do adultério. Se Calisto se preocupa tanto com o adultério, por nele ver um atentado aos bons costumes erigidos pelo regime patriarcal, é porque o morgado, a despeito do que sucede com o abade Esteves, se esquece que toda a Lei assenta decisivamente na sua transgressão esporádica e oculta (o reverso obscuro). O que, na verdade, põe em causa a Lei é o comportamento de Calisto. A sua crença sem distância na ideologia que professa. A ideologia presume sempre um suporte fantasmático.

¹³ Muito embora seja necessário ter presente que a identificação simbólica pela qual o sujeito assume uma máscara social (a de deputado, por exemplo) possa eventualmente ser mais real/perturbadora do que a realidade que oculta. Se pensarmos em Calisto e nas leituras críticas segundas as quais o morgado na capital mudou e traiu (traindo desde logo a esposa) os valores pelos quais realmente se regia (honra, honestidade, lealdade matrimonial, etc.), convirá ver o seguinte. Sendo o casamento do morgado com Teodora fruto de uma convenção sócio-familiar, devidamente legitimada (e promovida) pela ordem patriarcal, forçoso é admitir que a relação com Ilgénia obedece a um desejo real. E se Calisto porventura idealiza a parente do Brasil é porque esse desejo se inscreve sob o signo de uma projeção-identificação imaginária, ao passo que o matrimónio com Teodora resultava de uma identificação simbólica (a convenção sócio-discursiva adstrita à ideologia patriarcal). Encetando por instantes um desfecho virtual da novela, que diríamos se Calisto em vez de ficar com a brasileira voltasse, a bem dos bons costumes, para os braços da mulher legítima? A tentação (tradicional) aqui seria de ver nesse gesto um regresso da personagem coerente com os valores que professava. Mas seria antes de tudo um flagrantíssimo caso de engano imaginário por parte do morgado. Este ter-se-ia, afinal, dado conta que a máscara social do seu casamento significava mais do que o real desejo que imaginava sentir por Ilgénia. Dito de outro modo: não estaria a verdade da personagem refém de uma máscara social, que é precisamente aquilo de que o costumam acusar todos aqueles que na ‘Queda’ de Calisto leem hipocrisia e *déguisement social*?

Quando esse suporte fantasmático não funciona ou não é suficiente para impermeabilizar o Real da ideologia (o seu núcleo duro), então pode acontecer um confronto direto com a substância ideológica. *A lamelle*, diria Lacan, essa substância viscosa e obscena (e indestrutível) a todos os títulos repudiável. O que tem isto a ver com a relutância de Calisto no juramento protocolar? Responda-se com Žižek: “um edifício ideológico puede ser minado por una identificación excesivamente literal, motivo por el cual requiere para su funcionamiento de un mínimo de distancia de sus reglas explícitas” (2007: 81). Assim, ao professar uma ideologia patriarcal, vamos dizer, *pura*, isenta de reversos obscenos e de efeitos simbólicos, Calisto, muito paradoxalmente, mais não faz senão do que perturbar muito nitidamente o funcionamento dessa ideologia e, com isso, põe (à sua escala) em risco o espaço ideológico dominante, denunciando-lhe as incoerências e falcatruas. E a relutância do morgado em jurar protocolarmente é indicativo disso mesmo. Qualquer ordem simbólica, materializada em normas expressas em textos públicos (como é um juramento perante uma câmara de deputados), requer, sob pena de o sistema se desintegrar, um suporte fantasmático. O mesmo é dizer: uma encenação. E é essa encenação (fantasia) que sustém a realidade representada formalmente pelo texto público (juramento protocolar). Calisto pretende matizar o juramento para não se ver obrigado a seguir-lo à letra, sendo, todavia, a fórmula do juramento em si mesma o vazio simbólico de uma brecha através da qual esse juramento pode, se é que não deve, ser interpretado sem literalidade. E Calisto não o percebe. Porque não dispõe dessa percepção que é o distanciamento crítico, carecendo daquilo que tipifica o narrador da novela: a sensibilidade irónica. Em todo o caso, o morgado solícita, é bom não esquecer, o uso de aspás. As aspás são uma tentativa de relativizar o texto da Lei, tolerando (secretamente) o que o texto explicitamente proíbe.

E talvez aqui seja possível proceder a outra ligação relativamente à personagem. Se é verdade que qualquer estrutura ideológica para funcionar em pleno supõe o seu reverso obsceno – a ironia, a paródia, a distância subversiva –, não é impossível, em última análise, afirmar que também nesta novela se verifica a presença, e de que maneira!, desse obsceno através da excêntrica (obscena) figura de Calisto. Não será, no fim de contas, o morgado a corporificação desse reverso obsceno do sistema patriarcal?

Referências

- CASTELO BRANCO, Camilo (2001), *A queda dum Anjo*, sob a direção do Prof. Aníbal Pinto de Castro, Prefácio de Ernesto Rodrigues, Porto, Edições Caixotim.
- BAZIN, Patrick (2010), “Vers un monde lisible”, *Revue des Deux Mondes*, abril 2010, pp. 109-119.
- CHORÃO, João Bigotte (1999), “Uma Novela Exemplar”, *Vária Escrita*, Vol. 6, Sintra, pp. 21-28.
- FIGUEIREDO, Fidelino de (1946), *História da Literatura Românica*, 3.ª ed., revista, São Paulo, Editora Anchieta.
- FRANÇA, José-Augusto (1999), *O Romantismo em Portugal. Estudo de factos socioculturais*, 3.ª ed., Lisboa, Livros Horizonte.
- LUHMANN, Niklas (2001), *A improbabilidade da comunicação*, 3.ª ed., Trad. de Anabela Carvalho, Seleção e apresentação de João Pissarra, Lisboa, Vega.
- MANGUEL, Alberto (1998), *Uma História da Leitura*, Trad. de Ana Saldanha, Lisboa, Editorial Presença.
- MARINA, José António (2009), *O Fracasso da Inteligência. Teoria e Prática da Estupidez*, Lisboa, Fim de Século.
- RONELL, Avital (2006), *Stupidity*, Trad. de Céline Surprenant/Christophe Jaquet, Paris, Éditions Stock.
- SILVESTRE, Osvaldo (2006), *Revisão e Nação. Os limites Territoriais do Canone Literário*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- TRIGO, Salvato (1982), “Introdução”, in Camilo Castelo Branco, *A queda dum Anjo*, Porto, Civilização, 1983, pp. 7-23.
- ŽIŽEK, Slavoj (2007), *El Acoso de las Fantasías*, Madrid/Buenos Aires/Romero de Terreros: Siglo XXI Editores.
- ____ (2010), *Jacques Lacan à Hollywood, et ailleurs*, Paris, Éditions Jacqueline Chambon.